


5.1. ACORDO DE COLABORAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA E FROG PORTUGAL, LDA:

Submete-se o acordo de colaboração celebrado entre a **Câmara Municipal de Braga e Frog Portugal, Lda.**, para instalação e operação de sistema de trotinetes elétricas partilhadas.

A ~ 26 Entree
1912.22


Acordo de colaboração entre o Município de Braga e a **Frog Portugal Lda.** para a instalação e operação de sistema de trotinetes elétricas partilhadas.

ACORDO DE COLABORAÇÃO

Este acordo, rege as relações entre:

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, com morada na Praça do Município, 4700-435 Braga, doravante designada “CMB”, neste ato representada pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio,

e

FROG PORTUGAL, LDA, com morada em Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Empreendimento das Amoreiras, Torre 2, 11.º Andar, Escritório 9 Lisboa 1070-102 Lisboa, neste ato representada pelo gerente, Pedro José Contreiras Nobre Guedes

Que celebram o presente Acordo de Colaboração (“Acordo”), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Acordo tem por objeto a definição e o estabelecimento das regras e condições a que fica sujeita a instalação e operação, pela Operadora, de um sistema de trotinetes elétricas partilhadas na cidade de Braga.

Cláusula 2.ª - Deveres do Operador

A operação do Operador deve estar em conformidade com as regras legais e regulamentares aplicáveis em matéria de circulação e estacionamento de trotinetes elétricas partilhadas e deverá ocorrer de modo a não causar perturbações à circulação e a não prejudicar a acessibilidade e segurança de pessoas e bens na via e espaços públicos, nomeadamente a de pessoas com mobilidade reduzida.


1. As trotinetes elétricas partilhadas serão disponibilizadas pelo Operador nos locais destinados para o efeito (“hotspots”), cuja localização e instalação são autorizados e

acompanhados pelo Município de Braga, ou nos demais lugares legalmente destinados para o efeito;

2. O operador deve salvaguardar que os equipamentos estão com a manutenção efetuada e que são seguros para os utilizadores.
 - a. As trotinetes são resistentes e fiáveis e têm, em perfeitas condições de funcionamento, todos os dispositivos de segurança como travões ou luzes regulamentares;
 - b. Não deve ser disponibilizado qualquer equipamento com motor de combustão e a velocidade máxima não pode ultrapassar os 25 km/h;
 - c. Os equipamentos têm localização GPS.
3. O operador deve dar informação aos utilizadores sobre o funcionamento, segurança rodoviária e normas de utilização.
 - a. A informação de segurança é objetiva e clara, colocada em cada uma das trotinetes disponibilizadas;
 - b. No momento do registo é dada toda a informação sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento;
 - c. O software transmite, regularmente, sessões de e-learning de sensibilização e formação sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento;
 - d. O operador organiza ações de formação periódicas de sensibilização e esclarecimento;
 - e. O operador tem comunicações em diversas línguas.
4. O operador deve assegurar que os equipamentos não constituem perigo para os outros utilizadores da via, nem obstaculizam ao direito de passagem e uso da via pública dos restantes utilizadores. O operador deve remover ou relocar as trotinetes elétricas partilhadas que se encontrem estacionadas em locais proibidos ou de forma a causar obstrução à circulação e à acessibilidade e utilização de vias e passeios por outros utilizadores, por iniciativa própria e também sempre que solicitado pelo Município.
 - a. As trotinetes nunca bloqueiam passeios, entradas de garagens e habitações, caminhos, vias bus, ciclovias, etc.
 - b. As trotinetes são disponibilizadas nos locais apropriados para o efeito.

- c. As trotinetes nunca serão abandonadas em propriedade privada.
 - d. O sistema informa os utilizadores sobre os locais de paragem autorizados.
 - e. As trotinetes são distribuídas em todos os locais e regularmente redistribuídas manualmente.
 - f. Sempre que o Município de Braga criar novas zonas, o operador incorpora-as no Sistema.
 - g. O Operador deve estar contactável pelos serviços do Município, ou pelas entidades que este indicar, durante o horário de funcionamento do sistema, para que lhe possa ser comunicada a necessidade de realocação/remoção de trotinetes elétricas partilhadas nos termos desta alínea.
 - h. O Operador, ou quem atue por sua conta, deverá, para as operações de disponibilização ou remoção de trotinetes da via pública, recorrer sempre que possível a veículos elétricos e, ainda, abster-se de perturbar a circulação pedonal, ciclável e rodoviária, nomeadamente evitando parar em segunda fila.
5. A aplicação do Operador deve dispor de mecanismos de limitação de velocidade, circulação e estacionamento nas zonas onde seja reconhecida mais sensibilidade de utilizadores vulneráveis e de qualidade de espaço público.
- a. O operador não distribui as trotinetes em áreas proibidas (ver plantas em anexo).
6. O operador assegura que as questões operacionais são prontamente respondidas.
- a. As trotinetes são seguras, estão limpas e em perfeitas condições de funcionamento. Os equipamentos avariados são retirados de imediato.
 - b. As trotinetes têm bem visível um número identificativo de cada aparelho e o contacto de apoio ao cliente visível na aplicação.
 - c. O operador mantém um serviço de atendimento 24horas, para emergências.
 - d. O serviço de apoio técnico funciona, no mínimo, das 7h às 22h, com serviço de emergências 24h.
 - e. No período de atendimento (7h – 22h) os estacionamentos abusivos reportados são resolvidos num período de 6 horas, no máximo.
 - f. É assegurada a manutenção e limpeza regular dos equipamentos.



- 
- g. É assegurado um quadro de pessoal com vínculo contratual mínimo ao abrigo das leis do trabalho adequado às necessidades de apoio ao cliente, redistribuição das trotinetes e manutenção/limpeza.
 - h. Caso existam, os sistemas de alarme contra furto ou utilização indevida não devem funcionar durante mais de 5 minutos.
7. O Operador cumprirá, no que lhe for aplicável, as apólices de seguro que cubram os seus utilizadores e protegerá a confidencialidade dos seus dados pessoais, tanto no início do serviço como durante as viagens.

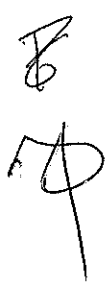
Cláusula 3.ª - Relações entre o Município e o Operador

1. O Operador facultará ao Município, para seu próprio uso, informação anonimizada, em formato normalizado, sobre a utilização das trotinetes elétricas partilhadas para otimizar a rede ciclável e as zonas de estacionamento.
 - a. O operador deve disponibilizar ao Município os dados das viagens e localização das trotinetes.
 - b. O operador disponibiliza relatórios mensais, através da exportação direta dos dados de utilização.
 - c. O operador entrega sínteses/sumários semanais sobre a utilização dos equipamentos.
 - d. Caso solicitado pelo Município, o operador disponibiliza informação de toda a frota, em tempo real através de uma API;
 - e. O operador realiza inquéritos de satisfação aos clientes, a cada 6 meses, devendo ser entregues ao Município;
 - f. O software permite ao operador a definição áreas de estacionamento em "geofence".

Cláusula 4.ª - Locais de disponibilização e estacionamento de trotinetes elétricas partilhadas.

Sem prejuízo das regras gerais aplicáveis em matéria de estacionamento deste tipo de veículos, as trotinetes elétricas partilhadas não poderão ser disponibilizadas pelo Operador fora dos hotspots, ou dos locais legalmente previstos.

Cláusula 5.ª - Remoção de trotinetes elétricas partilhadas

- 
1. As trotinetes elétricas partilhadas podem ser removidas pelo Município nos casos previstos no Código da Estrada e respetiva legislação complementar, sem prejuízo da possibilidade de remoção pelas demais entidades fiscalizadoras com competência para o efeito.
 2. Os custos e encargos com a remoção de trotinetes elétricas partilhadas nos termos do número anterior serão da responsabilidade do Operador.
 3. As trotinetes elétricas partilhadas removidas pela Polícia Municipal são depositadas em Parque de Viaturas Rebocadas pela Polícia Municipal e o seu levantamento apenas poderá ser efetuado pelo Operador após demonstração da prova de propriedade das mesmas e após pagamento de quaisquer montantes devidos.
 4. O Operador deve garantir que as trotinetes elétricas partilhadas por si operadas são célere e facilmente identificáveis.

Cláusula 6.ª - Intervenções na Via Pública

Quaisquer intervenções infraestruturais ou outras consideradas necessárias pelo Operador para a promoção da sua atividade carecem de prévia análise e autorização do Município, sendo os respetivos encargos da responsabilidade do Operador.

Cláusula 7.ª - Início da operação

O operador poderá dar início à operação no Município de Braga a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo.

Cláusula 8.ª - Prazo, modificação e cessação do Acordo

1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, considerando-se automaticamente renovado por iguais períodos, a partir da data da assinatura do acordo, salvo oposição de qualquer das Partes, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à outra Parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O presente Acordo pode ser modificado pelo Município, por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das

acompanhados pelo Município de Braga, ou nos demais lugares legalmente destinados para o efeito;

2. O operador deve salvaguardar que os equipamentos estão com a manutenção efetuada e que são seguros para os utilizadores.



- c. As trotinetes nunca serão abandonadas em propriedade privada.
- d. O sistema informa os utilizadores sobre os locais de paragem autorizados.
- e. As trotinetes são distribuídas em todos os locais e regularmente redistribuídas manualmente.
- f. Sempre que o Município de Braga criar novas zonas, o operador incorpora-as no Sistema.
- g. O Operador deve estar contactável pelos serviços do Município, ou pelas entidades que este indicar, durante o horário de funcionamento do sistema, para que lhe possa ser comunicada a necessidade de realocação/remoção de trotinetes elétricas partilhadas nos termos desta alínea.
- h. O Operador, ou quem atue por sua conta, deverá, para as operações de disponibilização ou remoção de trotinetes da via pública, recorrer sempre que possível a veículos elétricos e, ainda, abster-se de perturbar a circulação pedonal, ciclável e rodoviária, nomeadamente evitando parar em segunda fila.

5. A aplicação do Operador deve dispor de mecanismos de limitação de velocidade, circulação e estacionamento nas zonas onde seja reconhecida mais sensibilidade de utilizadores vulneráveis e de qualidade de espaço público.

- a. O operador não distribui as trotinetes em áreas proibidas (ver plantas em anexo).

6. O operador assegura que as questões operacionais são prontamente respondidas.

- a. As trotinetes são seguras, estão limpas e em perfeitas condições de funcionamento. Os equipamentos avariados são retirados de imediato.
- b. As trotinetes têm bem visível um número identificativo de cada aparelho e o contacto de apoio ao cliente visível na aplicação.
- c. O operador mantém um serviço de atendimento 24 horas, para emergências.

- 
- 
1. As trotinetes elétricas partilhadas podem ser removidas pelo Município nos casos previstos no Código da Estrada e respetiva legislação complementar, sem prejuízo da possibilidade de remoção pelas demais entidades fiscalizadoras com competência para o efeito.
 2. Os custos e encargos com a remoção de trotinetes elétricas partilhadas nos termos do número anterior serão da responsabilidade do Operador.
 3. As trotinetes elétricas partilhadas removidas pela Polícia Municipal são depositadas em Parque de Viaturas Rebocadas pela Polícia Municipal e o seu levantamento apenas poderá ser efetuado pelo Operador após demonstração da prova de propriedade das mesmas e após pagamento de quaisquer montantes devidos.
 4. O Operador deve garantir que as trotinetes elétricas partilhadas por si operadas são céleres e facilmente identificáveis.

Cláusula 6.ª - Intervenções na Via Pública

Quaisquer intervenções infraestruturais ou outras consideradas necessárias pelo Operador para a promoção da sua atividade carecem de prévia análise e autorização do Município, sendo os respetivos encargos da responsabilidade do Operador.

Cláusula 7.ª - Início da operação

O operador poderá dar início à operação no Município de Braga a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo.

Cláusula 8.ª - Prazo, modificação e cessação do Acordo

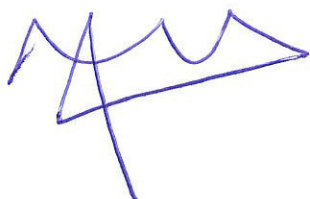
1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, considerando-se automaticamente renovado por iguais períodos, a partir da data da assinatura do acordo, salvo oposição de qualquer das Partes, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à outra Parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O presente Acordo pode ser modificado pelo Município, por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das

circunstâncias existentes, podendo, designadamente, rever a localização autorizada dos hotspots.

3. O presente Acordo cessará a sua vigência:

- a. Por caducidade, com a entrada em vigor de regras regulamentares ou legais que venham a regular, de modo geral, a operação de sistemas de partilha de trotinetes elétricas partilhadas e que sejam aplicáveis no território municipal.
- b. Por revogação, mediante acordo entre as Partes.
- c. Por resolução fundada em incumprimento, nos termos gerais aplicáveis.

Pela Câmara Municipal de Braga,



Pela Frog Portugal Unipessoal Lda.,

